

balhos, que são um autêntico combate pela instituição «duma rede alargada e permanente para a investigação pluridisciplinar da problemática geral e dos aspectos especiais da emigração portuguesa». Combate sobretudo contra a extrema dificuldade de análise destes fenómenos, que desde as primeiras prospecções se revelam imediatamente de grande complexidade. Basta pensar na rapidez com que os factos migratórios sofrem alterações, a um ritmo que as cadências da pesquisa científica têm dificuldade em acompanhar; na extensão mundial e diversidade formal das suas manifestações e, sobretudo, na inevitável e difícil interdisciplinaridade a que obrigam.

Tema este de posição singular entre nós: incontornável em qualquer estudo sobre a sociedade portuguesa contemporânea, concitando a totalidade das ciências humanas e sociais e cobiçado por poderes e ideologias, parece demasiado grande para a unidade que tem. E, contudo, talvez a sua dispersão esteja recolhendo benefícios numa maior profundidade e especialização de pesquisas.

Pedro Prista

Maria Beatriz Rocha-Trindade e outros, *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração* — Resposta a uma crítica

A atitude correcta por parte de um autor perante uma crítica de obra sua — quando aquela se caracteriza pela objectividade e pelo evidente escrupulo com que o trabalho no seu todo foi estudado (e não apenas por via de um rápido folhear da apresentação e das conclusões) — não pode ser outra que a de um profundo e sincero reconhecimento. Pela parte que me toca, como responsável científico de *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração*, aqui deixo expressa a minha gratidão.

Acresce que, além de escrupulosa, a crítica é muito qualificada: Pedro Prista é um consistente estudioso dos problemas ligados às migrações portuguesas e o seu envolvimento em projectos de investigação ligados ao sistema educativo confere-lhe competência para julgar e criticar o trabalho agora analisado. Por isso, são para mim muito curiais as críticas positivas que formula e, em grande parte, justificadas as que se apresentam como menos lisonjeiras.

A feliz oportunidade que me concedeu a direcção de *Análise Social* de fazer coexistir num mesmo número a apreciação de um trabalho e os comentários que o autor do mesmo poderá, a tal propósito, produzir abre-me caminho a apontar algumas questões em que a minha opinião ou critério poderão divergir dos de Pedro Prista.

Comecemos por uma questão de fundo: a escolha do universo sobre o qual incidiu o estudo (e, consequentemente, aquele a quem foi ministrado o questionário). Tratava-se do conjunto de alunos do ensino secundário oficial diurno, no continente; tal é a definição exacta do universo conceptual.

Porquê estes, e não outros?

Se o critério fosse o etário (por exemplo, dos 12 aos 18 anos), teríamos sérias dificuldades em garantir a sua cobertura exaustiva: ficavam de fora os alunos do ensino particular dessas idades, os alunos de cursos nocturnos nas mesmas condições (e lembre-se que estes não são já, como outrora, ape-

nas estudantes adultos). Inconvenientes? O facto de ser difícil garantir a cooperação de estabelecimentos de ensino particular e alguma dificuldade de referenciá-los a todos, por via de certa desactualização das correspondentes listagens anuais.

Definido o universo conceptual da forma que o fizemos, ficámos com a certeza da definição unívoca desse universo e, mais ainda, a de que não continha estudantes fora das condições preestabelecidas. Nessa medida, a composição etária é uma consequência da definição desse universo, e não um dos dados para o seu estabelecimento. Apesar da crítica formulada, manterei hoje o mesmo critério.

Questão diferente é a da não consideração de outros níveis de ensino, como o preparatório e o primário. Não se aplica aqui o meu argumento anterior de procura de unicidade na definição do universo conceptual: antes uma razão puramente pragmática de dimensão da população em estudo e do montante dos recursos disponíveis para a realização total deste trabalho. De posse dos números referentes a escolas dedicadas aos diferentes níveis de ensino e das respectivas populações, fomos confrontados com uma dimensão incompatível com as verbas atribuídas ao projecto: a inclusão do preparatório triplicaria o número de escolas e duplicaria o número de alunos inquiridos; se fosse ainda abrangido o ensino primário, o agravamento seria superior a dez vezes. Em conclusão, a dimensão do estudo foi a máxima possível perante os recursos disponíveis, e não porque outra razão houvesse para limitá-la.

Sobre os problemas ligados à nossa consideração expressa de uma população «indirectamente ligada à emigração», isto é, daqueles alunos com pais emigrados, mas que eles próprios nunca tiveram tal condição, talvez tenha passado despercebido a Pedro Prista que o problema escolar destes alunos não será apenas o da falta de enquadramento pelos pais (o que acontece também em muitas outras circunstâncias em nada relacionadas com o fenómeno migratório), mas igualmente o ter-se verificado, em muitos casos, que estes alunos se manifestam como «singulares» perante os seus colegas, por razões, essas, relacionadas com a emigração. Em geral dotados de uma certa (e talvez demasiadamente ostensiva) fluência económica, exibem vestuários, objectos, utensílios e materiais didácticos diferentes dos adquiridos correntemente em Portugal, tornando-se, por todas essas razões, alvo de algum isolamento que agrava as deficiências de enquadramento familiar.

Desejaria referir-me ainda às razões da escolha de Solange Parvaux como prefaciadora do nosso trabalho. Não se trata, como o crítico parece ter entendido, de um inexplicável convite a um estrangeiro (por muito qualificado que genericamente fosse) para se pronunciar sobre uma questão que interessa sobretudo aos Portugueses. Nada disso: Solange Parvaux é a pessoa que há duas décadas desempenha, como inspectora-geral do Ministério da Educação francês, as funções de responsável pela avaliação e dinamização do ensino da língua portuguesa em *todo o território francês*; a abertura de novos cursos, o recrutamento de professores locais e a sua formação, a inspecção de escolas, métodos de ensino e enquadramento, são igualmente do seu pelouro. Tem sido uma defensora militante do conceito do «português, língua estrangeira», em paridade com as outras grandes línguas mundiais; trabalha frequentemente com as autoridades portuguesas nesta matéria.

Falando fluentemente o português, a sua tese de doutoramento incidiu sobre as faianças do Alentejo; é correntemente convidada para manifesta-

ções no quadro científico e universitário em Portugal; foi condecorada pelo Governo Português pelos serviços prestados em relação à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Pese embora qualquer opinião divergente, continuo a achar que foi bem escolhida a autoria do prefácio.

Em nota final, para a hipótese de existir alguma ironia na apreciação de toda a documentação suplementar que produzimos (e que o crítico classificou de «generosíssima»), talvez importe referir que *População Escolar Directa e Indirectamente Ligada à Emigração* não é uma obra destinada ao grande público e, talvez, nem até à colectividade genérica dos investigadores: pensámos sobretudo nos educadores, nos responsáveis pedagógicos, nas escolas, nos técnicos e nos especialistas de pedagogia e de planeamento de educação, tanto em Portugal como no estrangeiro, a quem atribuímos o interesse e a motivação de utilizar este trabalho como instrumento.

E, até, para sensibilizar e para preocupar. Tê-lo-emos conseguido?

*Maria Beatriz Rocha-Trindade*